minuto de silêncio, o que foi acatado pelo Conselho Superior. DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

1. Apreciação da Ata da 19ª Sessão Ordinária, realizada em 20.10.2016

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a Ata da 19ª Sessão Ordinária, realizada em 20.10.2016. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho, neste item.

2. Julgamento de Certames:

2.1. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de PJ DE CAPITÃO POÇO, pelo critério de MERECEMENTO - ED-035/2016 - Processo nº 043/2016/MP/CSMP. O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU as inscrições dos candidatos relacionados abaixo, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006:

LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO

THIAGO RIBEIRO SANANDRES

LUIZ DA SILVA SOUZA

GUILHERME LIMA CARVALHO

DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO

FLÁVIA MIRANDA FERREIRA

BRUNO SARAVALLI RODRIGUES

TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES

FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES

MARCIO DE ALMEIDA FARIAS

JOSÉ ALBERTO GRISI DANTAS

NAIARA VIDAL NOGUEIRA

PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE

JULIANA NUNES FELIX

Os candidatos DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA, PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN, BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS, DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO, PEDRO RENAN CAJADO BRASIL, JOSÉ ILTON LIMA MOREIRA JUNIOR, CRYSTINA MICHILKO TAKETA MORIKAWA e RAFAEL TREVISAN DAL BEM tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções/promoções, nos termos do art. 54-B, § 9º do Regimento Interno do CSMP. Os candidatos ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA e MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS DESISTIRAM de participar do certame. O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, DECIDIU INDICAR o Promotor de Justiça LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO à remoção para o cargo de PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CAPITÃO POÇO, por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de 387,5 pontos. Integrar a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância o Promotor de Justiça LUIZ DA SILVA SOUZA, com 357 pontos. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos para a definição do nome do terceiro integrante da lista triplíce, esta foi composta por duas Promotoras de Justiça, nos termos do art. 61, inciso IV (parte final) da Lei nº 8625/93. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho, neste item.

2.2. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 2º PJ DE FUNDAÇÕES, ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-036/2016 - Processo nº 044/2016/MP/CSMP. O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU as inscrições dos candidatos relacionados abaixo, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006:

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES

JOSÉ HAROLDO CARNEIRO MATOS

RODIER BARATA ATAIDE

SILVIA BRANCHES SIMÕES

MYRNA GOUVEIA DOS SANTOS

A candidata ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ, teve sua inscrição prejudicada, considerando que está impedida de concorrer, nos termos do art. 89, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, por ter desistido após ter sido indicada para remoção ao cargo da 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital. Os candidatos abaixo DESISTIRAM de participar do certame:

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

MARIA LUIZA LOUREIRO DE BORBOREMA

IVELISE PINHEIRO PINTO

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação

aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES, que ocupa a 80ª posição na lista de antiguidade da 3ª entrância, para remoção ao cargo de 2ª PJ DE FUNDAÇÕES, ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA CAPITAL, em razão de ser a candidata mais antiga concorrendo no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3. Julgamento de Processos:

3.1. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

3.1.1. Processo nº 000077-804/2016

Requerente(s): Elisama Prado Campelo; Francelia Aranha Cosme; Raimundo Edmilson Sousa Dias Filho; Oleandra Maciel de Oliveira
Requerido(s): Empresa Amaral e Moreira Artigos de Papelaria LTDA

Origem: 5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira
Assunto: Apurar denúncia de malversação de verbas do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e irregularidades no fornecimento de material escolar.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO RATIFICOU O DECÍDIO, devendo os autos ser devolvidos ao Promotor de Justiça para que prossiga com as investigações, considerando que, em se tratando de desvio de verbas do PDDE, a atribuição para a investigação criminal seria do Ministério Público Federal, mas a atribuição para a investigação cível por ato de improbidade administrativa seria do Ministério Público Estadual, ressaltando que o interesse jurídico da União não se presume. A jurisprudência preponderante entende que as transferências constitucionais e transferências voluntárias sem a obrigatoriedade de prestação de contas à União ou sem interesse federal evidente são da competência da Justiça Estadual; A competência cível da Justiça Federal, inclusive nas ações civis públicas e ações de improbidade administrativa, depende, segundo a nova orientação dos Tribunais Superiores, da demonstração do interesse jurídico de ente federal integrando formalmente a lide, não cabendo presunções do interesse jurídico pela origem da verba pública e órgão responsável pela fiscalização das verbas; A definição da competência jurisdicional deve ser melhor definida após o ajuizamento da ação civil pública ou ação de improbidade administrativa, já que durante a investigação dos fatos ainda não há como se concluir os reais interesses atingidos e os prejuízos sofridos; Os atos judiciais praticados, inclusive os atos de urgência antes do ajuizamento da ação civil principal, devem ser reaproveitados, nos termos do art. 64, §4º, do NCP. RECOMENDOU que o Promotor de Justiça entre em contato com a Controladoria Geral da União no Pará, que poderia subsidiar as investigações.

3.1.2. Processo nº 000172-150/2014
Requerente(s): Cybelle Cristine Vendramin
Requerido(s): Tribunal de Contas do Município do Estado do Pará

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar irregularidades no edital do Concurso Público do TCM-PA, para provimento no cargo de Auditor.
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que se verificou nos autos que, quanto à questão do não oferecimento do total do número de vagas existentes no Tribunal de Contas dos Municípios, já foi ajuizada Ação de Improbidade Administrativa, tendo-se notícia de que também foi intentada Ação Civil Pública pelo MPT e MPE para correção dos outros fatos relatados na representação. Portanto, restou unicamente a análise da existência de irregularidades no certame inaugurado por meio do edital nº 01/2008 no que respeita à ausência de participação da OAB no concurso público – o que não ocorreu; irregularidades na atribuição de pontuação dos títulos – que também não se verificou; e irregularidade pela ausência de determinado número de questões de determinada disciplina – que também se mostrou infundada.

3.1.3. Processo nº 000107-200/2014
Requerente(s): I.S.F.
Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 2º PJ Cível de Direitos Constitucionais Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua
Assunto: Apurar falta de médico especialista em Pneumologia na rede pública de saúde de Ananindeua.
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator; INDICOU o Exmo. Promotor de Justiça Quintino Farias da Costa Junior, para prosseguir com o feito; DETERMINOU: 1) que cientifique os membros que promoveram o arquivamento, da presente decisão; 2) o envio dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para cumprimento do art. 57, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 057/2006;

3) Cientificar a Corregedoria-Geral do Ministério Público, para que tome as providências no sentido de despontuar os membros envolvidos na finalização do presente feito.

3.1.4. Processo nº 000087-111/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Viver Projeto 40 Spe Ltda

Origem: 1º PJ do Consumidor da Capital

Assunto: Apurar supostas irregularidades praticadas pela empresa Viver Projeto 40 SPE Ltda, com relação ao empreendimento Total Life Club Home

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando a análise dos documentos e informações que constam dos autos, os condôminos do empreendimento Total Life Club Home realizaram acordo com a empresa construtora Viver Projeto 40 SPE LTDA e as irregularidades apontadas nas obras, diante do silêncio dos moradores, parece que foram devidamente sanadas após a intervenção do Ministério Público. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho.

3.1.5. Processo nº 000117-150/2014

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - Semec

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar a prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação de Belém, relativas ao exercício financeiro de 1995, cuja gestora, à época, era a Sra. Terezinha Moraes Gueiros

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que, após o retorno dos autos à Promotoria de Justiça, houve a diligência para apurar as providências da Procuradoria Municipal para o ajuizamento da ação de execução do ressarcimento dos valores apurados pelo acórdão do TCM, proferido no julgamento do exame das contas da ordenadora de despesas da SEMEC, à época, Sra. Terezinha Moraes Gueiros. Registrou-se a suspeição do Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, por motivo de foro íntimo. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho.

3.1.6. Processo nº 000139-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de São João do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar denúncia sobre desvio de verbas do FUNDEF no ano de 2006, no município de São João do Araguaia-PA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, uma vez que não cabe ao Conselho Superior do Ministério Público arquivar procedimentos que tenham sido objeto de Ação Civil Pública ajuizada, nos termos da Súmula nº 003/2011 do CSMP/PA. DETERMINOU que cientifique a Corregedoria-Geral do Ministério Público, para providências necessárias, no sentido de despontuar o(s) membro(s) envolvido(s) na instauração e finalização do presente feito, eis que além da precipitação em se instaurar inquérito civil de questão que já era investigada pelo Ministério Público Federal, consta informação nos autos de que já foi aforada Ação Civil Pública sobre o desvio de verbas do FUNDEF, no ano de 2006, no município de São João do Araguaia. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho. Os itens 3.1.7 a 3.1.13 foram adiados a pedido do Exmo. Conselheiro Relator.

3.1.7. Processo nº 000485-344/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Curuçá - SAAE

Origem: PJ de Curuçá

Assunto: Apurar indícios de malversação e uso irregular de recursos públicos pelo SAAE de Curuçá

3.1.8. Processo nº 006362-003/201

Requerente(s): SecretariadeDireitosHumanos – Disque100/V.F.B.

Requerido(s): O. ; F.

Origem: 9ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 354137, comunicando suposto abuso sexual e agressão psicológica contra adolescente.

3.1.9. Processo nº 007657-003/2015

Requerente(s): SecretariadeDireitosHumanos-Disque100/H.D.S.
Requerido(s): R.

Origem: 3º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 2563830, suposto abuso sexual e agressão física e psicológica contra adolescente

3.1.10. Processo nº 001067-921/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Abaetetuba

Origem: 3º PJ de Abaetetuba

Assunto: Apurar a eventual necessidade de implementação da